

ELEIÇÕES

Aumenta o fogo amigo contra eventual aliança

Ala do PT amplia ataques à união Lula-Alckmin. Senadores tentam amenizar racha

» RAPHAEL FELICE

A eventual aliança entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ex-governador Geraldo Alckmin (sem partido) para a formação de uma chapa às eleições deste ano parece longe de ser apaziguada, tanto do lado petista quanto do lado do ex-tucano. No PT, a resistência à união ainda é considerável. A ex-presidente Dilma Rousseff, por exemplo, teria dito que o ex-gestor de São Paulo “será o Temer” de Lula, numa referência a Michel Temer, que se movimentou nos bastidores pelo impeachment da petista e assumiu o comando do país quando da destituição dela.

Outros integrantes da legenda, como Daniel Kenzo, líder do diretório petista no Butantã, Zona Oeste de São Paulo, afirmam que a imagem de Alckmin pode comprometer a campanha de Lula. “Absolutamente nada indica que entregar a vice a um golpista neoliberal seja necessário para ganhar as eleições”, enfatizou Kenzo, que abriu uma petição contra a formação da chapa.

Já o deputado Rui Falcão (PT-SP) — coordenador das campanhas de Lula, em 1994, e Dilma, em 2014 — disse que, se a chapa Lula-Alckmin for à frente, será uma “contradição” a tudo que o PT fez em sua história. Segundo Falcão, “Lula não precisa de muleta”. As declarações do parlamentar foram publicadas na edição de ontem da *Folha de S. Paulo*.

Por outro lado, há integrantes do partido que apoiam a aliança, ou pelo menos avalizarão o que Lula decidir. Os senadores Humberto Costa (PE) e Paulo Paim (RS) frisaram que divergências e debates em torno do tema são “naturais”. Paim sustentou não ter preferência sobre um nome para ser vice do ex-presidente e ressaltou a importância de alianças e coligações.

“Ninguém tem dúvida de que a liderança de Lula é muito forte. Ele ultrapassa, inclusive, a sigla do partido. Evidentemente, a opinião dele vai ser decisiva. Em momentos de dúvida na legenda, a posição dele sempre prevaleceu, e ele sempre acertou”, destacou. “Como um ser político

Ricardo Stuckert



Alckmin e Lula num jantar em dezembro: ala do PT não aceita eventual união para corrida ao Planalto



Como um ser político que ele (Lula) é, com liderança internacional, terá a visão global e saberá escolher seus quadros aliados fora do PT para reconstruirmos o país”

Paulo Paim (PT-RS), senador

que ele é, com liderança internacional, terá a visão global e saberá escolher seus quadros aliados fora do PT para reconstruirmos o país.”

Por sua vez, Humberto Costa argumentou que as negociações entre Lula e Alckmin ainda são preliminares, mas afirmou que, se a formação da chapa for oficializada, será um dos apoiadores.

“Isso ainda não foi apresentado formalmente ao PT. O que está acontecendo são opiniões acerca de algo que, pelo menos por enquanto, é apenas uma

especulação e é natural as pessoas se manifestarem a favor ou contra”, minimizou. “Eu, particularmente, sou favorável a esse entendimento (entre Lula e Alckmin). No momento que isso for para discussão no diretório, votarei favoravelmente.”

O cientista político Valdir Pucci avaliou que a vontade de Lula será sacramentada e que as dificuldades levantadas pelo PT internamente fazem parte do jogo político. “Se a gente se lembrar de quando Lula escolheu o José Alencar para ser seu vice, houve contrariedade,

à época, de membros do PT e da esquerda. Eles colocavam que a aliança ia contra os princípios do partido e contra os direitos do trabalhador. No final, se mostrou uma aliança acertada”, destacou. “Se Lula insistir nessa união, com certeza vai ser sacramentada.”

Reunião

Lula convocou reunião para hoje com os ex-ministros da Saúde dos governos petistas: Agenor Álvares, Alexandre Padilha, Arthur Chioro, Humberto Costa, José Gomes Temporão e Saraiva Felipe. Além deles, vão participar o ex-diretor da Anvisa Dirceu Barbano e a coordenadora do Setorial de Saúde do PT Eliane Cruz.

Os temas serão a nova onda da pandemia, a vacinação e os aprimoramentos para o Sistema Único de Saúde. Humberto Costa afirmou que a reunião pode resultar em diretrizes para o plano de governo de Lula.

Os entraves à formação de federações

Com dois meses e meio até o prazo final para o registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), partidos patinam no debate sobre as federações, uma das principais novidades das eleições deste ano. Diferenças regionais, como disputas para indicar candidatos a governador e divergência sobre apoio na corrida presidencial, se tornaram obstáculos para que as alianças sejam fechadas tanto entre legendas de esquerda quanto de centro.

Um dos casos que está “travado” é a eventual aliança entre PT e PSB, que ainda discutem quem terá o direito de indicar o candidato ao governo de São Paulo, de Pernambuco e de mais quatro estados. As discordâncias também acontecem em outros grupos que querem se aliar, como PSDB e Cidadania, e até entre membros do mesmo partido, caso do PV.

Diferentemente das coligações — proibidas nas eleições proporcionais desde 2020 —, as federações vão além da disputa eleitoral: criam uma “fusão” temporária entre as siglas envolvidas, que precisam permanecer unidas por pelo menos quatro anos.

Pelo calendário do TSE, partidos e federações que tenham o desejo de participar das eleições de 2022 precisam estar registrados até 2 de abril deste ano, seis

meses antes do primeiro turno da eleição presidencial. O apoio às candidaturas ao Planalto, contudo, tem mais tempo para ser discutido, até 15 de agosto.

O presidente do Cidadania, Roberto Freire, afirmou que as conversas com o PSDB, que começaram no ano passado, estão avançando e que o tema será debatido nas próximas reuniões do diretório e executiva nacionais da sigla.

O principal entrave está na Paraíba, onde o PSDB faz oposição a João Azevedo, único governador filiado ao Cidadania e que concorrerá à reeleição. Em dezembro, os tucanos aprovaram a pré-candidatura de Pedro Cunha Lima ao governo estadual. Ele é deputado e filho do ex-senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB).

Questionado sobre a discordância entre as duas legendas no estado, o presidente nacional do PSDB, Bruno Araújo, afirmou que a federação “é possível”, mas deixou claro que os debates precisam ser aprofundados.

Salva-vidas

A exemplo das coligações, a federação obriga que os partidos atuem em conjunto no período eleitoral, inclusive somando os votos para conquistar mais vagas na Câmara e nas assembleias. A nova regra

PSDB/Divulgação



Araújo prega mais debate sobre federação com Cidadania

foi aprovada pelo Congresso em setembro do ano passado e é vista como uma espécie de “bote salva-vidas” de partidos pequenos ameaçados de extinção por causa da cláusula de desempenho. Já PT, PSB e PSDB, que não estão ameaçados de ficar sem verba e tempo de propaganda, usam as alianças com outros partidos como forma de ampliar as bancadas no Congresso.

O impasse entre PT e PSB para formar uma federação tem refletido, também, na discussão da chapa presidencial. O PSB tenta atrair o ex-tucano Geraldo Alckmin para que ele seja candidato a vice do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). No entanto, o PSB tem colocado como condição o apoio do PT à sigla nas eleições estaduais de São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio, Pernambuco, Acre e Espírito Santo.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Bolsonaro perdeu a guerra porque contrariou o bom senso

No começo do século passado, por uma série de razões, houve uma grande revolta popular no Rio de Janeiro contra a vacinação da população. O episódio, porém, é um marco contra a ignorância e o negacionismo da ciência. Aquela época, a antiga capital era uma cidade insalubre, em péssimas condições de saúde pública, na qual proliferavam doenças contagiosas: tuberculose, peste bubônica, febre amarela, varíola, malária, tifo, cólera etc. O presidente Rodrigues Alves resolveu realizar uma série de reformas urbanas para melhorar as condições de vida da então capital, a cargo do engenheiro Pereira Passos, que alargou ruas e removeu cortiços, desalojando a população; o mais miserável. Diretor-geral de Saúde Pública desde 1903, o médico Oswaldo Cruz assumiu o cargo com a missão de implementar o saneamento público e erradicar a febre amarela, a peste bubônica e a varíola, principalmente.

Com essa intenção, em 1904, o governo propôs a obrigatoriedade da vacinação, lei aprovada em 31 de outubro, apesar dos protestos, inclusive um abaixo-assinado com 18 mil assinaturas, muito para aquela época. A lei exigia comprovantes de vacinação para realizar matrículas nas escolas, assim como para obtenção de empregos, viagens, hospedagens e casamentos. Previa multas para quem não se vacinasse. O povo se revoltou, estimulado pelos políticos de oposição. A confusão começou no Largo do São Francisco e se espalhou de Copacabana ao Engenho Novo, com quebra-quebras, tiros, barricadas. O saldo foi de 945 pessoas na Ilha de Cobras, 30 mortos, 110 feridos e 461 deportações para o estado do Acre. Historiadores avaliam que a política higienista e a forma autoritária como foi imposta a vacinação causaram a revolta, além do fato de que a vacinação de mulheres era vista como uma ameaça à honra machista.

Quase 120 anos depois, a vacinação em massa no Brasil é uma política de saúde pública muito bem-sucedida. É resultado de muitas campanhas de vacinação, entre as quais se destacam: (1) a campanha contra a meningite na década de 1970, quando uma epidemia matou milhares de crianças e o então regime militar tentou escondê-la; e (2) a campanha contra a poliomielite, que praticamente erradicou a paralisia infantil, porém, na década de 1980, foi objeto de uma grande polêmica entre o general João Batista Figueiredo e o criador da vacina, Albert Sabin, por causa da subnotificação dos casos de poliomielite. Ontem, o DataFolha divulgou pesquisa de opinião amplamente favorável à vacinação contra a covid-19, inclusive das crianças. É uma vitória do Sistema Único de Saúde (SUS) e do nosso modelo federativo, que neutralizou desastrosa política do Ministério da Saúde, graças à atuação de governadores e prefeitos. Estão com vacinação completa 75% da população.

Donas de casa

Os números também são acachapantes contra o negacionismo do presidente Jair Bolsonaro, que até hoje não se vacinou e não pretende imunizar a filha de 11 anos: 81% dos entrevistados são a favor da exigência do “passaporte de vaci-

na” para que seja liberada a entrada em locais fechados como bares, restaurantes e órgãos públicos, entre outros. Apenas 18% são contra a exigência do comprovante, e 1% não soube responder. Os mais favoráveis ao passaporte são mulheres (87%), pessoas com mais de 60 anos (87%), com ensino fundamental completo (86%) e aqueles que ganham até dois salários mínimos por mês (85%). Os maiores grupos negacionistas estão entre os homens (24%), pessoas de 25 a 34 anos (22%) e aqueles que têm renda mensal de mais de 10 salários mínimos (28%). No Sudeste, 84% são favoráveis à medida; no Sul, 75%. As donas de casa (90%) são as mais entusiastas da vacinação; entre as empresárias, 60%.

Como a oposição a Rodrigues Alves e Oswaldo Cruz, Bolsonaro perdeu a guerra da vacina. Para 59% da população, sabotou a imunização. Esse resultado, obviamente, terá sérias consequências eleitorais, mesmo com a resiliência dos setores que apoiam tudo o que Bolsonaro propõe, inclusive quando afronta o “bom senso”. Nesse aspecto, a vacinação deve ser objeto de uma reflexão política mais ampla, que nos remete ao comportamento da maioria da população. De certo modo, na eleição de 2018, Bolsonaro explorou com muito êxito o “senso comum” da maioria dos eleitores em relação à crise ética que atingia em cheio o nosso sistema político, sobretudo os partidos.

Há uma grande diferença, porém, entre “senso comum” e “bom senso”. O primeiro é uma postura passiva e acomodada, que segue critérios, comportamentos e modos de agir tradicionais na sociedade. Bolsonaro soube usá-lo com maestria, principalmente nos temas relacionados à mudança de costumes e à defesa da família unicelular patriarcal. O “bom senso”, ao contrário, leva ao reposicionamento crítico, porque resulta de certa sabedoria popular e de uma compreensão da realidade tal como ela é, como o das donas de casa ouvidas na pesquisa. Não resulta de conclusões de caráter ideológico, por exemplo. Quando confrontou o bom senso da sociedade, Bolsonaro perdeu a guerra.

COMO A OPOSIÇÃO A RODRIGUES ALVES E OSWALDO CRUZ, BOLSONARO PERDEU A GUERRA DA VACINA. PARA 59% DA POPULAÇÃO, SABOTOU A IMUNIZAÇÃO. ESSE RESULTADO, OBTIVAMENTE, TERÁ SÉRIAS CONSEQUÊNCIAS ELEITORAIS